ADUBOS TREVO GRUPO LUXMA

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Orientação de Covas evidencia a divisão dentro do PMDB

por Ascanio Seleme
de Brasília

O sinal mais claro de que o PMDB é um partido em definitivo processo de divisão foi dado momentos antes da votação do mandato do presidente José Sarney pelo senador Mário Covas. O líder do partido na Constituinte, ao orientar a votação da sua bancada, lamentou que os quatro parlamentares que encaminharam o processo de votação fossem todos do PMDB.

Defenderam o mandato de cinco anos o autor da emenda vitoriosa, deputado Mateus Iensen (PMDB-PR), e o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Pela rejeição da proposta, encaminharam a votação os deputados Walter Pereira (PMDB-MS) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). Para o senador Mário Covas, o resultado da votação era o sinal de largada para um novo partido. Covas, entretanto, não disse qual o caminho que seguiria.

Duas perspectivas estão sendo oferecidas ao senador Mário Covas. Uma, a mais imediata, é sair agora do PMDB e fundar um novo partido com o deputado Pimenta da Veiga, o senador Fernando Henrique Cardoso e cerca de quarenta outros constituintes insatisfeitos com o rumo que o partido tomou. A segunda, de efeito mais retardado, é continuar no PMDB e disputar a convenção contra uma chapa do "Centrão".

Logo após a vitória dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney, o senador Mário Covas recusou qualquer tentativa de anunciar imediatamente o caminho a seguir. "Temos que fazer uma análise maior das conseqüências da votação de hoje, não anuncio nada agora", insistiu o senador. Para Covas, entretanto, a frustração do resultado da votação de ontem "é semelhante à da campanha pelas diretas". O líder do PMDB não esconde que as dificuldades do PMDB "nasceram da sua própria indecisão".

Menos cauteloso, o deputado Pimenta da Veiga anunciou que o novo partido que nasce do PMDB já tem esboço de estatuto e deve pedir seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no próximo dia 26 de junho. "Nos dias 24 e 25 mantemos encontro nacional para aprovação do estatuto e da sigla. Na segunda-feira, 26 de junho, daremos entrada do registro do novo partido no TSE", adiantou o deputado de Minas Gerais.

Pimenta da Veiga garante que "o partido decola no Congresso com mais de quarenta parlamentares". Três deputados do PFL estão mantendo contactos com o grupo e devem anunciar um entendimento antes do encontro no final de junho. "Resta agora apenas detalhar o comportamento para as próximas eleições", disse Saulo Queiroz (PFL-MS), que, juntamente com Jaime Santana (MA) e Maria Abadia (DF), está com um pé dentro do novo partido.

Um outro grupo do PMDB, o auto-intitulado "guerra-civil" ou "neo-autênticos", defende a permanência dentro do partido para medir forças com o "Centrão" na convenção nacional. A liderança desta facção está nas mãos dos deputados Chico Pinto (BA), Hélio Duque (PR) e Nelson Jobim (RS). Para Chico Pinto, a permanência no PMDB significa "defender uma sigla histórica das mãos dos arrivistas que hoje inundam o partido".

Pimenta da Veiga, entretanto, garante que ninguém mais recua. O deputado diz não ter dúvidas de que o "verdadeiro PMDB" não vence a convenção. Chico Pinto, que permanece no partido, também não se ilude com o provável resultado da convenção. "Os governadores vão decidir o futuro do PMDB. São poucos os que permanecem fiéis aos princípios do partido", lamenta.

O sucesso, tanto de um quanto de outro grupo, depende fundamentalmente do rumo que tomar o senador Mário Covas. Como o líder do PMDB ainda não definiu que conduta tomará, restam ainda alguns dias de negociação para que qualquer estratégia fique definitivamente consolidado. O certo é que o PMDB, depois da aprovação do mandato de 5 anos para o presidente Sarney, nunca mais será o mesmo.

COLLOR FORA

O governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, que assistiu a toda a votação dentro do plenário, anunciou a saída do PMDB tão logo surgiu o resultado pró-Sarney no painel eletrônico da Câmara. Collor defende um novo partido de caráter moderno e "sem donos". O governador ainda não definiu que rumo tomar, mas garante afinidade ao senador Mário Covas, com quem almoçou ontem, durante intervalo da seção da Constituinte.

Sarney volta a defender as eleições municipais neste ano

por Marilângela Hamu
de Brasília

O presidente José Sarney reafirmou ontem, após o anúncio da vitória do mandato de cinco anos, que as eleições municipais de novembro próximo "são irreversíveis". Foi a segunda vez, em menos de uma semana, que ele se comprometeu publicamente a não patrocinar qualquer movimento, dentro ou fora do Congresso, destinado a prorrogar os mandatos dos atuais prefeitos.

Essa decisão de declarar-se favorável à manutenção do calendário eleitoral, no entanto, não reflete um sonho que o presidente acalenta desde que assumiu o governo, em 1985: o de evitar, a qualquer preço, a realização de eleições anuais sucessivas. A este jornal ele disse, no início desta semana, que "uma campanha transforma um fato político em fato meramente eleitoral", o que "atrapalha muito".

Essa contradição, o presidente explicou, há dois dias, a pelo menos dois amigos e íntimos colaboradores.

Ele entende que a vitória do mandato de cinco anos, que conquistou ontem na Assembléia Constituinte, ao mesmo tempo que o "ajuda a concluir pacificamente a transição democrática brasileira", impõe uma carga considerável de frustração ao eleitor brasileiro, ansioso para exercer o seu direito de escolher o presidente da República pelo voto direto.

Sarney conclui o seu raciocínio adicionando o descontentamento de milhões de funcionários públicos, que tiveram seus salários congelados nos últimos dois meses. Uma fonte ligada a Sarney informou que a assessoria econômica do governo chegou a examinar a hipótese de prorrogar por mais um mês o congelamento da Unidade de Referência de Preços (URP), para o caso de necessidade extrema do governo, mas chegou-se à conclusão de que "a situação era explosiva".

Por todas essas razões — tem dito o presidente Sarney — ele não fará força para que as eleições municipais sejam adiadas. Se alguém patrocinar a iniciativa, ele certamente se omitirá, mas não acionará suas lideranças com essa finalidade. O governo sabe que muito pouca gente deseja eleições em novembro, basicamente por falta de dinheiro ou apoio para as campanhas, mas deixará que a iniciativa — se houver alguma — parta de algum ponto distante do Palácio do Planalto.

Sarney confidenciou aos mesmos amigos que o seu objetivo, agora, é cuidar da economia. "É preciso trabalhar para baixar a inflação, que está altíssima. Precisamos também reduzir o déficit público e fazer uma ampla reforma fiscal, que alivie o bolso da classe média brasileira", disse ele a este jornal.

O presidente Sarney entende que a reforma fiscal que sonha fazer reduziria os encargos da classe média brasileira — sobretudo dos assalariados — e lhe daria, no final do seu mandato, o prestígio e a popularidade perdidos nos escombros do Plano Cruzado. "Se ele conseguir isso, será novamente um dos presidentes mais populares da história do Brasil", afirma um desses amigos. É esperar para ver.

OAB

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) divulgou ontem, após a votação que deu um mandato de cinco anos para Sarney, uma nota sobre os perigos que o País corre com a decisão da Assembléia Nacional Constituinte. "O Congresso afastou-se perigosamente da cidadania e deu costas à Nação. Todos os meios de aferição do pensamento do povo chegaram aos mesmos resultados: 90% das pessoas consultadas queriam votar para presidente em 1988", diz a nota.

E conclui: "Prevaleceu o pensamento arbitrário e continuísta, no que ele tem de pior: desprezo pela vontade popular, colocação de interesses pessoais e de grupos acima dos anseios explicitados da nacionalidade".

Quércia surpreende-se com diferença entre votos e nega sua candidatura

por Ricardo Balthazar
de São Paulo

O governador paulista, Orestes Quércia, já esperava a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, que passou a apoiar nos últimos meses. Ele só se disse surpreso com a margem de diferença (106 votos), que calculava menor, entre os que aprovaram e os que rejeitaram os cinco anos.

Para ele, a decisão da Assembléia Nacional Constituinte poderá levar o presidente Sarney a "uma modificação no governo federal". Mas o governador negou que pretenda indicar qualquer nome se for promovida uma reforma ministerial nos próximos dias.

Também negou que pretenda candidatar-se à sucessão de Sarney. E ponderou: "O presidente, agora, vai precisar mais do que nunca do PMDB. Vai ter que conversar, provavelmente, com o PFL e até com outros partidos, porque é preciso fazer uma composição política no final do seu governo, para que todos nós possamos atuar, trabalhar no sentido de resolver os problemas do País".

Brizola fica satisfeito

por Jorge Freitas
do Rio

O ex-governador do Rio e presidente do PDT, Leonel Brizola, disse ontem que o resultado favorável aos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney e a definição da data de 15 de novembro de 1989 para as eleições diretas à Presidência da República representam "a luz no fim do túnel".

"As classes dirigentes — as elites e o oficialismo — foram insensatas, porque considero que o povo brasileiro saiu ganhando com a nova circunstância e conquistou antecipadamente legitimidade plena para as próximas eleições, que devem realizar-se no dia em que o general Leônidas (Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército), o presidente Sarney e a maioria conservadora definiram, e eles não podem amanhã alegar nada contra esta decisão", afirmou. Segundo Brizola, a partir de ontem o País iniciou "uma nova dinâmica", porque, no seu entender, "as elites tiveram uma vitória formal", com a protelação da data das eleições diretas para presidente.

O otimismo de Simon

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

O governador Pedro Simon disse ontem que vai começar uma campanha no Rio Grande do Sul, através de programas de rádio e de televisão e palestras em escolas, para esclarecer a opinião pública sobre os benefícios do parlamentarismo. "Vamos ter cinco anos para debater o assunto, e estou seguro de que o sucessor do sucessor do presidente Sarney governará sob regime parlamentarista", comentou, classificando de "sábia" a decisão da Assembléia Nacional Constituinte de ter votado a realização de um plebiscito em 1993 para a escolha do regime de governo entre três alternativas: parlamentarismo puro, parlamentarismo com monarquia e presidencialismo.

"Foi uma espécie de ficar em paz com a consciência. Eles votaram essa decisão por desencargo de consciência, por isso deu essa diferença enorme na votação. Os congressistas que apoiaram o presidencialismo sabem que vão ser julgados no futuro. Eles aliviaram a sua consciência", declarou o governador gaúcho, conhecido defensor do parlamentarismo.

DÍVIDA

Anistia de débitos será alterada

por Ascânio Seleme
de Brasília

O autor da principal emenda de anistia aos débitos contraídos durante o Plano Cruzado, senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), já admite fazer alterações na sua proposta de maneira a ganhar votos e ver o projeto aprovado em plenário. O senador concorda, principalmente, em retirar o item III da sua emenda que estende o pagamento dos débitos sem correção monetária a "quaisquer outros empréstimos concedidos entre 28 de fevereiro e 31 de dezembro de 1986".

Para o deputado Delfim Netto (PDS-SP), se o item III da emenda for mantido, o senador pode acrescentar o item IV, "que estabeleceria que os recursos para pagamento dos débitos seriam gerados em Fernando de Noronha", ironiza. No entender de Delfim, a aprovação da emenda Mansueto representará "um prejuízo nos bancos estatais e privados não muito diferente de US$ 5 bilhões a US$ 6 bilhões".

Para Mansueto de Lavor, o raciocínio de Delfim é equivocado. "O que interessa de fato", argumenta o senador, "é que 10 milhões de pequenos produtores e empresários serão beneficiados." O autor do projeto discorda também dos valores indicados por Delfim.

"O ministro Mailson da Nóbrega afirma que os prejuízos giram entre US$ 1 bilhão e US$ 2 bilhões, garante o senador. Mansueto afirma ainda que a reserva feita pelos bancos com o aval do governo já chega a CZ$ 400 bilhões, "quantia suficiente para enfrentar o prejuízo que terão".

Proposto fim da correção

por Vera Brandimarte
de São Paulo

A situação de endividamento da caricultura, setor que, durante o Plano Cruzado, foi excluído das linhas de crédito e juros favorecidos para a agricultura, está sendo utilizada como o mais forte argumento dos defensores da emenda do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que será votada no capítulo das Disposições Transitórias da nova Constituição.

A emenda propõe a isenção da correção monetária dos empréstimos efetuados a pequenos agricultores e micro e pequenas empresas até 31 de dezembro de 1987, a médios agricultores e médios empresas no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987 e, por fim, a isenção para qualquer tipo de empréstimo no período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 1986.

"A aprovação da emenda é a nossa única esperança", afirma José Rubens Bartholomei, produtor do Espírito Santo do Pinhal, município do interior de São Paulo. Se ela não for aprovada, em dois meses teremos todos os pequenos agricultores e comerciantes quebrados, reforça Joaquim Emílio Caldas Coelho, presidente da Associação Comercial do município, acrescentando que na cidade já somam 2.800 as ações ajuizadas contra o não pagamento de débitos contraídos durante o Plano Cruzado.

Ainda que em seu último item a emenda seja tão genérica e abranja qualquer tipo de tomador de empréstimo, toda a argumentação dos lobistas está voltada para a situação dos pequenos e médios produtores. "A União Democrática Ruralista (UDR) brigou tanto contra a reforma agrária e agora todas as pequenas e médias propriedades vão ser transferidas por causa do Cruzado. Elas estão sendo desapropriadas pelos bancos", afirma Caldas Coelho.

O ônus do perdão destas dívidas, segundo os defensores da emenda Mansueto, deveria recair sobre o sistema financeiro. "Os bancos ganharam muito nos últimos anos. Como alguém terá que pagar a conta para a Nação continuar produzindo, eu acredito que talvez esteja na hora dos bancos darem a sua contribuição", afirma Caldas Coelho.

O deputado Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ), presidente do Banco Múltiplo, pensa que a proposta do senador pernambucano "vai quebrar o Banco do Brasil e os bancos estaduais". Cezar Coelho afirma que existe apenas um precedente histórico no Brasil, ocorrido durante a ditadura Getúlio Vargas. Apesar de banqueiro, Cezar Coelho não faz parte dos grupos de pressão que trabalham no Congresso pela rejeição do projeto.

Estes grupos de pressão, liderados principalmente pelos banqueiros privados, não encontraram muito eco no Congresso nas duas últimas semanas. O próprio líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, reconhece que "nada foi discutido antes da votação do mandato do presidente Sarney". Para Gadelha, a matéria contida na emenda Mansueto é "assunto muito difícil para ser discutido antes do mandato".

O senador Mansueto de Lavor, de outro lado, vai buscando apoio à sua proposta. Na terça-feira, ele manteve uma reunião com a Associação Comercial do Distrito Federal, que apresentou "completa solidariedade" à emenda. O senador admitiu ter sido procurado pelos bancos que também apoiaram a proposta, "desde que o governo pague a conta dos devedores".

O senador tranqüilizou os banqueiros que temem o "efeito cascata" da sua emenda. "Os bancos acham que, aprovado o projeto, surgirão inúmeros mandados de segurança daqueles que já pagaram os seus débitos", informou o senador. A tranqüilidade que ele ofereceu aos bancos foi garantir que a sua emenda é "um remédio para os doentes, não para os sadios ou para os defuntos". Mansueto entende que a aprovação do projeto não vai sequer levar os balanços do banco ao saldo vermelho.

"Ficará mais fácil administrar esse jogo"

por Cláudia Safatle
de Brasília

A aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney tira do cenário da economia uma forte incerteza, que era a indefinição do prazo deste governo, mas não representará mudanças de rumo na política econômica. "As regras do jogo já estavam definidas e com a aprovação dos cinco anos para o presidente José Sarney ficará mais fácil administrar esse jogo", disse a este jornal o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, comunga da mesma convicção de Abreu. Para ele, a definição do mandato para até março de 1990 significará "mais tempo para o governo Sarney executar seu programa econômico, mais tempo para colocar a economia em ordem".

"Todo o programa de ajustamento da economia e de reordenamento das finanças públicas foi feito de acordo com as necessidades do País e não em função de injunções políticas", assinalou o chefe da Secretaria de Planejamento (Seplan), que assegurou também que, "em nenhum momento da formulação da política econômica, o presidente José Sarney recomendou que se levasse em consideração preocupações relacionadas com a definição do regime de governo ou com a definição de um mandato de quatro ou cinco anos para o presidente". Fica mais fácil, porém, perseguir a execução das diretrizes formuladas no programa econômico de governo, ressaltou Abreu.

SEM MUDANÇAS

O acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi acertado na última sexta-feira sem que a missão técnica do Fundo estivesse segura de que o presidente José Sarney governaria durante os próximos dezoito meses de abrangência do acordo "stand-by" ou se seu mandato ficaria restrito aos quatro anos. Todos os sensores do governo, porém, indicavam que a Assembléia Nacional Constituinte daria cinco anos para Sarney.

A partir dessa constatação, ambos os ministros desaconselharam qualquer expectativa de mudança das regras do jogo. "As medidas fundamentais já foram adotadas, não esperem nenhuma medida espetacular depois de aprovado o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney nessa área", acentuou o ministro da Fazenda à editora Jurema Baesse, deste jornal. "As medidas fundamentais no sentido da modernização já foram adotadas e têm que ser implementadas", acrescentou Nóbrega.

Tampouco os dois ministros esperam maiores facilidades na aprovação do acordo de reescalonamento da dívida externa brasileira, que está sendo negociado desde janeiro deste ano com o comitê dos bancos credores. "A definição do mandato de cinco anos para o presidente Sarney não vai trazer grandes efeitos porque as pendências do acordo com os bancos são acessórias e independem do mandato presidencial", observou o ministro-chefe da Seplan. A expectativa do Ministério da Fazenda, é de que o acordo final em torno do protocolo da negociação ("term-sheet") ainda demore uma a duas semanas. O governo brasileiro não conseguiu, até o momento, vencer as resistências de dois bancos de pequeno porte do Canadá, que estão insistindo numa vinculação automática do acordo dos bancos credores com o acordo junto ao FMI.

SEPLAN

Agora, definidas as regras básicas da política econômica do curto prazo, a Seplan trabalha na elaboração de um plano de médio e longo prazo, para a economia brasileira, centrada fundamentalmente na elaboração dos novos orçamentos para o próximo ano.

BC ainda estuda emenda de Lavor

por Ivanir José Bortot
de Brasília

O Banco Central ainda não conseguiu dimensionar o volume de recursos que o governo deveria desembolsar, caso fosse aprovada a emenda do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que insenta de correção monetária todos os financiamentos concedidos aos pequenos agricultores até 31 de dezembro de 1987 ou aos médios produtores rurais no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987.

"Estamos promovendo um detalhado estudo para chegar a um número exato do que representaria a isenção da correção", disse uma qualificada fonte do Banco Central.

O coordenador de assuntos econômicos do Ministério da Agricultura, Benjamin Martinez, está preocupado com o reflexo de uma medida como esta para as fontes financiadoras da agricultura: os bancos. Sem detalhar o volume de recursos que seria imobilizado nesta operação, deixando de reverter em investimentos futuros para o próprio setor rural, o economista questiona os mecanismos que teriam de ser utilizados para viabilizar esta decisão. No período apontado há recursos das mais diversas fontes aplicados no setor rural. O governo certamente deveria ficar com a principal responsabilidade pelo perdão da dívida com equalização de taxas de outros mecanismos.

Para Lustosa, ideal é renegociar caso a caso

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

Anistia não, mas renegociação caso a caso é a posição do presidente do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), Paulo Lustosa, para a solução sobre as dívidas contraídas por pequenos e médios empresários em 1986 durante a euforia do Plano Cruzado.

Não seria "adequado" que a emenda do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), retirando a correção monetária dos empréstimos, seja aprovada nas disposições transitórias da nova Constituição, avalia Lustosa. O presidente do Cebrae defende que estes compromissos — aproximadamente CZ$ 600 milhões devidos a bancos oficiais (60% do total) e privados, que já foram prorrogados no ano passado através das Resoluções nºs 1.335 e 1.337 do Conselho Monetário Nacional (CMN) sejam novamente renegociados individualmente e dentro da capacidade de cada devedor.

"Se nós justificarmos a anistia para resgatarmos as iniqüidades cometidas no País, deveríamos começar com os assalariados, com os contribuintes, com os consumidores, e seria difícil encontrar quem bancaria esse acerto de contas da dignidade nacional. Para essas empresas eu defendo uma solução de compromisso que sanei os seus passivos, alongando prazos e concedendo carências e se fazendo possíveis abatimentos de correção monetária em situações específicas", afirmou Lustosa.

Na idéia do ex-ministro da Desburocratização, do processo de entendimento deveriam participar além dos bancos, o governo federal "como disciplinador" e os governos estaduais, "que são os grandes beneficiários dos empregos e das rendas geradas pelas pequenas e médias empresas", acrescenta Lustosa. Na avaliação devem ser considerados, também, os encargos financeiros e tributários das dívidas, assinala o presidente do Cebrae.

Outro fator que depõe contra a "anistia" seria a posição dos que já pagaram as dívidas. Eles poderiam se sentir no direito de receber as ações judiciais reclamando que foram penalizados por terem cumprido as regras, lembra. Lustosa afirma que soluções isoladas não resolvem devendo, sim, é o governo criar condições para que esses empresários não sejam "massacrados" pelos grandes, que possam criar suas centrais de vendas e compras, seus consórcios de exportação e suas próprias cooperativas de crédito.

A Febraban é contra perdão

por Vera Brandimarte
de São Paulo

A situação de endividamento da agricultura de forma alguma justificaria as emendas ao texto da Constituição que propõe o perdão de dívidas de pequenos e médios produtores, afirma o diretor da área de crédito rural da Febraban, Aldous Galletti.

As operações de crédito rural vencidas nos bancos privados no final de maio somavam CZ$ 8 bilhões, de um total de CZ$ 400 bilhões aplicados no campo. "O que notamos, afirma Galletti, é uma elevada liquidez na agricultura neste ano, o que torna desnecessária a adoção de medidas de caráter generalizado, que poderiam comprometer todo o sistema financeiro."

"Para resolver um problema de meia dúzia, os produtores vão inviabilizar futuras operações, porque não são apenas os bancos privados que seriam prejudicados", a isenção de correção monetária só no crédito rural representaria um prejuízo para as instituições financeiras de CZ$ 500 bilhões. "Serão afetados também o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), as cooperativas de crédito, e principalmente os bancos oficiais do Nordeste, principais agentes nos financiamentos ao campo e pequenas empresas. "Sem contar o Banco do Brasil, acrescenta, que é responsável por 60% do volume de recursos emprestados ao setor. "Como ficaria ainda o imposto recolhido pelos bancos sobre as previsões da receita a realizar?"

Ao Banco do Brasil não restaria alternativa senão recorrer ao Tesouro, o que em outras palavras significa que toda a nação acabaria pagando esta conta, diz Galletti.

"Se os bancos tiveram lucros nos últimos anos, é porque foram eficientes e porque o governo não controlou a inflação, a principal causa de sua maior lucratividade", diz o diretor.

Empresários paulistas esperavam esse resultado

por Antônio Costa Filho
de São Paulo

A classe empresarial paulista recebeu a notícia da definição do mandato de cinco anos do presidente José Sarney sem entusiasmo. Na opinião geral, os consultados afirmaram que o fato já era esperado. "Não causa surpresa essa decisão e está dentro da lógica — a Constituinte já aprovara mandato de cinco anos para os próximos presidentes", explicou Walter Sacca, diretor do Departamento de Economia (Decon) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Holstein-Kapperp S.A. Indústria de Máquinas.

Segundo Sacca, as eleições presidenciais não poderiam ocorrer neste ano por questão de tempo. "A Constituinte vai até setembro, não vejo como se organizariam as eleições." Para ele, já é hora de os eleitores começarem a escolher os futuros candidatos.

O 1º vice-presidente da FIESP e presidente da Cia. Paulista de Energia Elétrica, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, afirmou que espera, agora, maior agilidade da Constituinte e do governo federal. "Com a definição do mandato, espero que o presidente promova as reformas urgentes de que o País necessita e a Constituinte agilize seu trabalho."

Segundo ele, a questão da retomada dos investimentos na economia só ocorrerá após a promulgação da nova Constituição. Quanto às eleições para prefeito, Moreira Ferreira as quer neste ano. "Não é possível adiar mais essas eleições — sou contra prorrogações de forma geral."

Ney Bittencourt, presidente da Agroceres, acredita que agora acontecerá uma recomposição partidária, com candidatos saindo dos atuais partidos para até mesmo formarem outros. "É a hora da reforma política", diz. "Eu não estou contente com a qualidade da administração brasileira, fato que não é culpa só do Sarney, mas também dos que o apoiam. Mas não podemos consolidar a democracia sem partidos fortes." Segundo ele, o único partido definido ideologicamente e com propostas é o PT. "Não concordo com a linha dele, mas reconheço isso."

Para Sebastião Borbulham, presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados e da empresa Novomocassim, diz que a primeira prioridade do presidente Sarney deve ser o combate à inflação. "Se ele reduzir a inflação, poderá até construir a ferrovia Norte-Sul", afirma. O empresário mantém a expectativa de que a definição pelos cinco anos poderá reativar a economia. "Política industrial e definição de mandato dão mais confiança para os investimentos", diz.

Para Paulo Tamm Figueiredo, presidente da Indústria Nadir Figueiredo, "o problema político está afastado da administração Sarney". "Mantenho a confiança nos ministros da área econômica, que ficam mais fortalecidos com o mandato de cinco anos do presidente."

Já Ariosto da Riva, colonizador em Mato Grosso, diz que "a Constituinte deveria mesmo convocar eleições diretas já. O povo quer votar e eleger outro presidente — as pesquisas de opinião confirmam isso. O mandato do presidente de cinco anos é ilegítimo e, na minha opinião, os votos foram comprados."

"Ministros terão mais respaldo"

por Janice Menezes
do Rio

"Agora que o presidente não tem compromissos políticos, poderá começar a trabalhar, com medidas mais enérgicas de controle da inflação e redução do déficit público", disse ontem o presidente da Companhia Cervejaria Brahma, Hubert Gregg, ao comentar a aprovação do mandato de cinco anos.

Para Gregg, o presidente da República deverá dar mais respaldo a seus ministros que, em sua opinião, se têm esforçado em adotar medidas de contenção das despesas públicas. "A expectativa do empresariado nacional é de que, com essa definição dos constituintes, haja mais segurança e confiança na adoção de novas medidas econômicas", ressaltou Gregg.

O presidente da Bolsa de Valores do Rio, Sérgio Barcellos, disse à editora Ana Lúcia Magalhães, deste jornal, que a aprovação do mandato de cinco anos para Sarney contribui para que ele tenha total isenção, a fim de adotar as medidas econômicas necessárias.